

1 COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

2 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 16/04/08

3 Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às quatorze horas e trinta e
4 quatro minutos na sala de reuniões da SESAU, deu-se início, em segunda chamada, a
5 Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite, referente a Revisão da PPI
6 da Assistência da Saúde do Tocantins, com a presença da Dra. Lílian, representando a
7 Dra Roseli, Ministério Público, com a presença dos membros da SESAU: Ruth Mercês L.
8 N. Paranaguá – Superintendência de Vigilância e Proteção a Saúde, Perciliana Joaquina
9 Bezerra de Carvalho – Diretoria de Vigilância Epidemiológica, Inez Gonçalves – Diretoria
10 de Regulação, Geyd Silva – Diretoria de Atenção Especializada, Astério dos Reis Leão –
11 Diretoria de Convênios e Fundos, Kleber W. de Oliveira – Diretoria de Gestão e
12 Regulação do Trabalho, e os membros do COSEMS: Maria Sonia Oliveira de Souza
13 (Miracema), Júlio César Galvão (Paraíso do Tocantins), Áurea Maria Casagrande da Luz
14 (Araguaína), Tânia Regina Cassoli (São Valério da Natividade), Furtunato Soares Barros
15 (Gurupi), Sâmara Queiroga Borges Gomes da Costa (Palmas), Albertino Alves Xavier
16 (Couto Magalhães), Maria Vani B. S. Nogueira (Tocantinópolis). Após justificada a
17 ausência do presidente, senhor Eugênio Pacceli de Freitas Coelho e da suplente, a
18 Superintendente de Atenção e Promoção a Saúde, senhora Maria Auri Gonçalves de
19 Sousa, a Coordenadora de Desenvolvimento de Políticas de Saúde, a senhora Maria
20 Luiza Salazar verificou o quorum, a paridade e deu início a reunião. Informou aos
21 presentes sobre o ITEM 01- Apreciação da Pauta: Após lida a pauta a senhora Maria
22 Luiza Salazar ressaltou sobre o item 3, informando que toda alteração a ser feita na PPI
23 tem que se refazer todos os quadros, apresentar na CIB, e encaminhar a Brasília para
24 homologação e Publicação no Diário Oficial. Como o material referente aos informes
25 citados estava em posse dos membros, foram considerados por apreciados. A pauta foi
26 aprovada sem alterações. Na seqüência, deu-se o momento ecumênico, seguido de
27 algumas orientações técnicas operacionais como: identificar-se pelo nome, área técnica
28 e/ou município quando for se posicionar ou apresentar algum assunto relacionado à
29 reunião para qualificar a gravação, e, conseqüentemente, a transcrição das atas. ITEM
30 02 - Apreciação e Aprovação do remanejamento de Teto Físico e Financeiro
31 conforme solicitação dos gestores: Na seqüência, a senhora Maria Luiza Salazar,
32 informou que será ela a apresentar os itens da pauta. Cita que o município de Aliança
33 solicitou remanejamento do Teto Físico de Gurupi, sendo aprovado; O município de

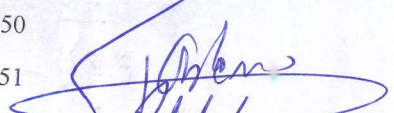
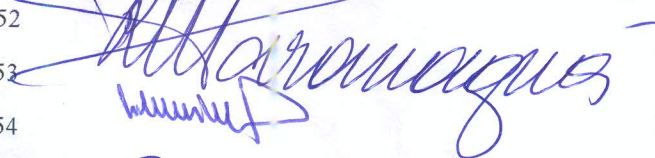

34 Campos Lindos solicitou remanejamento de Laboratório de Goiatins e Araguaina para
35 Campos Lindos, porem, o laboratório existente no referido município não possui cadastro
36 no sistema, ou seja, não é credenciado. Acrescenta que muitos outros municípios tiveram
37 parecer indeferido por não ser cadastrado no sistema e que todo município que deseja
38 solicitar remanejamento, tem que se cadastrar. Cariri solicitou remanejamento de
39 Tomografia de Palmas para Gurupi, ficando acordado a possibilidade desde que, haja
40 uma discussão referente a valores, onde provavelmente, terá que diminuir o Teto Físico.
41 Couto Magalhães solicitou remanejamento de fisioterapia, laboratórios, consultas
42 especializadas e RX de Colinas e Araguaina para Couto Magalhães. Foram deferidos
43 pareceres para todo exame de Laboratório, deferido 50 exames de RX de Araguaina e
44 100 de Colinas, deferido também 150 procedimentos de consultas de Araguaina e 150 de
45 Colinas, ficando o município com 300 procedimentos. Com relação ao indeferimento, nos
46 indeferimos o recurso M2 – Laboratório porque ele queria apenas parte do M2, e, nós
47 estamos evitando pulverizar os exames de Laboratórios para não gerarmos problemas
48 com nossos prestadores. E, com relação à Fisioterapia e a consulta especializada que ele
49 solicitou, o nosso parecer também foi desfavorável, pois não há credenciamento destes
50 serviços em Couto Magalhães. Figueirópolis solicitou remanejamento de Tomografia e
51 Mamografia de Palmas para Gurupi, foi deferido e, no colegiado, Gurupi já havia
52 articulado que estaria recebendo estes exames. Formoso do Araguaia encaminhou
53 03(três) ofícios, no qual 02(dois) deles tiveram parecer desfavorável, sendo deferido o
54 ofício que solicitou de Palmas para Gurupi os exames de Tomografia Computadorizada.
55 Guarai solicitou remanejamento de Teto físico e financeiro de 3.150 consultas do sub-
56 grupo 7C2 no valor de 23.782,50 de Guarai para Araguaina. Houve um acordo entre
57 Guarai e Araguaina até porque tais procedimentos já vinham sendo feito em Araguaina e
58 o próprio gestor de Guarai, senhor Emival, que fez a solicitação. Lagoa da Confusão
59 solicita remanejamento e Teto físico de M2 do Laboratório de Paraíso para Palmas, foi
60 deferido. Reforçando que nós garantimos o remanejamento para Palmas e não para o
61 Local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde no ofício. São Valério da Natividade
62 solicitou remanejamento do Teto Físico e Financeiro de Palmas para Gurupi. Demos o
63 parecer favorável para mamografia, tomografia, ecocardiograma e gastroduodenoscopia,
64 pois Gurupi tem condições de atender, as outras solicitações feitas não tiveram condições
65 de serem remanejadas sem serem detalhadas e justificadas, onde, a senhora Tânia,
66 Secretaria Municipal de Saúde se prontifica a fazer e apresentar novamente na CIB.

67 Sucupira solicita remanejamento do Teto do Laboratório de Gurupi para o próprio
68 município de Sucupira. Parecer desfavorável, pois, Sucupira ainda não tem Laboratório,
69 não tem bioquímico, não tem estrutura física. Portanto, é inviável transferirmos o recurso.
70 Com a questão do Pacto e a nova Portaria 1097 só pode ficar com os recursos financeiros
71 e teto da assistência o município que possui o serviço no seu território. Sitio Novo pede
72 remanejamento de todo o teto de Laboratório dele para Augustinópolis, por não ter
73 condições de atender a demanda, o nosso parecer é favorável. Talismã pede
74 remanejamento de Tomografia computadorizada de Palmas para Gurupi, e o pedido foi
75 deferido, foi retirado o teto da tomografia. E nós, da Gestão estadual estamos solicitando
76 remanejamento de teto físico e financeiro de mamografia da gestão municipal para a
77 gestão estadual. Após explicações sobre procedimentos, às justificativas sobre os
78 indeferimentos, e sanadas as dúvidas com orientações técnicas, Maria Luiza abriu para
79 considerações e pede aprovação da solicitação do remanejamento de Teto Físico e
80 Financeiro conforme solicitação dos gestores. Foi aprovado. **ITEM 03 - Apreciação e**
81 **Aprovação do incremento de recurso financeiro do Teto da PPI conforme Portaria**
82 **GM 527 de 20 de março de 2008 e Portaria GM nº 086:** A senhora Maria Luiza inicia
83 comentando sobre a planilha de incremento de recurso que aumentou o valor do Teto
84 global do estado com relação a PPI da Assistência e passa a apresentação para Haidée ,
85 Gerente de controle, regulação e avaliação, que informa sobre a Portaria nº 527 do
86 ministério, fala dos municípios que teriam direito a esse recurso e como seria alocado e
87 distribuído. O município de Santa Rosa o recurso ficou alocado em Porto Nacional, o
88 município de Oliveira de Fátima o recurso ficou em Porto Nacional no Laboratório Modelo,
89 Luzinópolis ficou no Laboratório e exames que já prestam serviços para esses municípios.
90 Sobre o incremento, reforça que o incremento é anual, e diz que veio 548.911,83 para o
91 estado, dividido por 12. Lembrando que este é um recurso do ministério, a gente só tá
92 repassando as informações de como é pra ser feito. A senhora Áurea relata um incidente
93 a todos, que aconteceu com ela onde, foi autuada sob pena de ir para a prisão com
94 ordem judicial caso não comprasse um medicamento no valor de 38.000,00 para uma
95 cidadã residente de Araguaina, em tratamento de câncer na rede privada de Goiás.
96 Sendo que a mesma não quis os procedimentos pelo SUS e nem no estado do Tocantins.
97 E pergunta: como eu justifico o uso desse recurso nessa situação? O que o ministério me
98 orienta nesse caso? Confesso que diante do contexto, desabafa, eu preferia ir pra a
99 cadeia. E fomenta uma discursão no plenário. Julio César, Secretário Municipal de

100 Paraíso, fala sobre a porta de entrada no SUS, um fluxo de procedimento e assistência a
101 ser criado no sistema único de saúde. Maria Luiza retoma a pauta sugerindo alguns
102 encaminhamentos junto ao COSEMS com pareceres ou moções pedindo orientações as
103 instancias judiciais, federais, enfim, aos órgãos cabíveis. Então, nós alocamos os
104 recursos de acordo com a Portaria conforme a Haidée colocou, os municípios de gestão
105 plena, nos colocamos aqui, mas não definimos as unidades porque eles tem autonomia
106 para estabelecer em qual unidade dentro do seu território ele vai estar realizando o
107 incremento desse recurso. E, além desse assunto do incremento, tem um outro, que é a
108 portaria 086 de janeiro de 2007 com o incremento de 30.000,00 que foi autorizado para a
109 competência agora, pelo ministério da saúde, referente a contratualização do hospital de
110 pequeno porte de Palmeirópolis. Porém, este recurso nunca foi alocado no nosso teto
111 porque o processo dependia de documentos do referido município, e esse ano essa
112 situação foi regularizada e esse recurso pertence ao HPP de Palmeirópolis, que por sua
113 vez tem gestão plena. Após discursões e esclarecimentos sobre o assunto, Maria Luiza
114 pede aprovação do incremento para distribuição nos quadros deste recurso financeiro do
115 Teto da PPI conforme Portaria GM 527 de 20 de março de 2008 e Portaria GM nº 086. Foi
116 aprovada pelo plenário da CIB. **ITEM 4- Apreciação e Aprovação das alterações da**
117 **Macro Alocação e dos Quadros com os limites financeiros da assistência de média**
118 **e alta complexidade da PPI conforme determina Portaria 1097 de 22 de maio de 2006**
119 **para competência Maio de 2008:** Neste ultimo ponto gente, enfatiza Maria Luiza, a partir
120 do momento que fizer solicitação de alteração de valores na PPI, todos os quadros
121 deverão ser alterados. Eu e Haidée queremos deixar aqui um esclarecimento para a CIB.
122 Nós não estamos fazendo alterações na base municipal da PPI por causa da versão. O
123 Ministério não está mais utilizando este sistema que nós utilizamos. Existe uma versão
124 nova da PPI a ser implantada no estado, nós vamos começar discutir a nova PPI a partir
125 do ano que vem ou depois das eleições. Então assim, a versão municipal, ela possui uma
126 série de procedimentos que não existem na versão estadual, e não tem atualização mais
127 dela. Daí, o próprio Ministério nos orientou a não fazer alterações nas bases municipais,
128 estabelecendo que toda alteração na PPI seja feita na base estadual. E, ao alterar a PPI,
129 nós alteramos os valores e os quadros, esse incremento, aqui aumentou o valor no quadro
130 1 de cada município, a titulo de recurso. E o Teto do estado foi para 134.374.488,80. E
131 esse recurso vem sendo distribuído nos municípios conforme o quadro. E a gente precisa
132 também da aprovação dessa distribuição dos quadros com essa macro alocação. Área

133 comenta sobre o TFD e proporciona uma discursão no plenário, como sendo de quem a
134 responsabilidade, quem custeia, se tem contrapartida do estado com o município. Propõe-
135 se como encaminhamento para após a reunião extraordinária sentar as áreas técnicas e
136 COSEMS para discutir sobre o TFD e sobre a Gestão Municipal. Após informações
137 prestadas pelas expositoras, senhora Maria Luiza e a senhora Haidée, solicita a
138 aprovação das alterações dos quadros da macro alocação, tendo em vista, o
139 remanejamento de recurso dos tetos que já foram aprovados conforme a solicitações dos
140 gestores e o do incremento do teto financeiro. O senhor Julio César, Secretario Municipal
141 de Paraíso, se posiciona dizendo que vota favorável com as alterações da macro
142 alocação, a distribuição dos quadros, mas, gostaria de clareza na questão do ajuste da
143 CIB, querendo saber aonde ficou alocado os 30.000.000,00. Maria Luiza aponta o quadro
144 1, no 4.1, tem assim "ajuste", mais ou menos. Tudo fundamentado em portarias. Ok, diz
145 Julio César. Então, podemos aprovar? Aprovado, diz o plenário. Franqueada a palavra e
146 não havendo nada mais a tratar, reforçando a próxima reunião para o mês de julho,
147 declarou-se encerrada a reunião extraordinária às dezesseis horas e três minutos. E para
148 constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo
149 Senhor Presidente, e pelos demais membros presentes, nesta reunião.

150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165




Peribiana J. B. de Carvalho
